



A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES 2E POR VIDEOCONFERÊNCIA, ÀS 11H30 DO DIA 21 DE MAIO DE 2025, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa.

II. Sinopse de correspondência e outros documentos recebidos:

- Informa que foram recebidos os seguintes documentos pelo SEI e e-mail e que estão disponíveis para consulta:

- a) Ofício n. 213/2025, com manifestação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- b) Ofício n. 1228/2024, da Defensoria Pública-Geral da União com anexo a Nota Técnica n. 19 sobre a regulamentação dos trabalhos das comissões de heteroidentificação étnico-racial.

III. Ordem do dia:

a) Discussão e votação de requerimento:

RCC/0135/2025, de autoria do Deputado Jesse Lopes, requerendo realização de audiência pública para discutir soluções e alternativas para a problemática das ações movidas pelo Ministério Público de Santa Catarina, com o apoio de determinados conselheiros tutelares, contra as famílias que optaram por não vacinar suas crianças contra a COVID-19.

b) Discussão e votação de pareceres:

DEPUTADO JUNIOR CARDOSO

[PL./0443/2024](#), de autoria do Deputado Alex Brasil, que “dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública e dá outras providências.”

[PL./0180/2025](#), de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “declara de utilidade pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Chapecó e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos



que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.”

[PL./0214/2025](#), de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “declara de utilidade pública a Associação Amigos do Bem, de São Miguel do Oeste, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.”